
006ª Sessão Ordinária 15FEV2017

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 14 a 17 de fevereiro. A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Cláudio Conceição, que integrará a Comissão de Educação Cultura, Esporte e Juventude – CECE. Seja muito bem-vindo, Vereador, tenha uma boa estada na Câmara Municipal de Porto Alegre.

O Sr. João Carlos Nedel (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Sandro Alex Freitas, que era caixa da agência bancária desta Câmara de Vereadores, ontem falecido. Da mesma forma, solicito seja homenageado com um minuto de silêncio o Pe. Angelo Dall’Alba, ex-diretor do Colégio Murialdo.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

COMUNICAÇÕES

O Ver. Alvoni Medina está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra em Comunicações.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde, na figura do Presidente Cassio, saudar todos os colegas. Na verdade, brevemente, a gente gostaria de usar o espaço de hoje para relatar que, nos últimos dias, tivemos a oportunidade de, através da COSMAM, presidida pelo colega André Carús, ter contato com os servidores da Secretaria Municipal da Saúde. Hoje gostaria de, publicamente, elogiar e agradecer a maneira como a

Secretaria da Saúde vem tratando as questões da saúde pública. Existe uma demanda muito grande desta Cidade, que o Secretário Erno está, aos poucos, ambientando; quero elogiar a Administração pelas entregas que tem feito das câmaras frias para as Unidades de Saúde Familiar, enfim, de todo o trabalho que tem sido feito nesses poucos dias. Elogiar a maneira como tem tratado esta Casa, através da COSMAM, e também todo o esforço que fez na última reunião ao falar da questão do mosquito *Aedes aegypti*, do planejamento que tem sido feito para o seu combate. Dizer aqui que a gente fica muito feliz que a COSMAM, através do Ver. Carús, desde o início, com todos os Vereadores que estão presentes, com o Ver. José Freitas, com o Ver. Aldacir Oliboni, com o Ver. Paulo Brum, com o Ver. Mauro Pinheiro, tem feito um esforço muito grande, e eu me sinto muito honrado em participar. E agradecer, na realidade, o pronto atendimento do Secretário Erno, em estabelecer essa importante relação. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Paulo Brum está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nosso Presidente da Casa, Ver. Cassio Trogildo; demais Vereadores e Vereadoras; cidadãos e cidadãs que acompanham a nossa Sessão de hoje. Quero aqui falar, na linha da defesa da saúde pública, mesma que o Ver. Moisés acaba de falar aqui, da importância que tem as comissões aqui na Casa. Não é por acaso que nós estamos na Comissão de Saúde e que cada Vereador, obviamente, tem a sua bandeira prioritária em militância e tudo mais. Eu trabalho na área da Saúde há mais de 30 anos, e desde a municipalização da área da saúde de Porto Alegre há uma luta constante, muito constante. Nós temos, em Porto Alegre, mais de 1,4 milhão de pessoas, o último censo chega a quase 1,5 milhão de pessoas, e, obviamente, se o sistema não funciona as filas acontecem, as pessoas ficam brigando por um ano, dois anos para marcar um especialista, ou ficam brigando, insistindo, e com toda razão, para conseguir um leito hospitalar. Infelizmente, há muito tempo, nós viemos brigando muito com o Governo Federal e Estadual para melhorar essa política de acesso ao serviço público de saúde. Não é por acaso que o Governo Federal, há um bom tempo, criou o programa das UPAs,

onde uma infinidade de Municípios e Estados implementaram essa política. Aqui do lado, em Canoas, por exemplo, tem mais de quatro UPAs; Porto Alegre tem uma UPA. Uma das reuniões que nós fizemos com o Secretário, Ver. Moisés, foi para exatamente colocar esse movimento, essa luta tripartite, para que nós conseguíssemos implementar a UPA do Partenon, região leste de Porto Alegre, até porque naquela região, bem distante do Murialdo, nós temos a Lomba do Pinheiro, que tem um pronto atendimento 24 horas, também a Bom Jesus, um outro pronto atendimento 24 horas, e tem o Hospital São Lucas da PUC, com uma emergência que está sempre lotada. E em outros pontos principais dessa região demora mais do que quatro, cinco, às vezes oito horas para um atendimento médico. Obviamente que, se uma pessoa é hipertensa... Vocês sabem que o cidadão que tem a pressão alta não tem condições de esperar tanto tempo, por isso a necessidade de se ter uma UPA na região leste – eu falo dela, apesar de que todas as regiões merecem, porque ali eu resido, ali eu milito e tenho uma história de luta principalmente na área da saúde. Então nós fizemos essa reunião com o Secretário Municipal da Saúde, Vereadores, e nós não podemos perder essa oportunidade, porque há muito tempo se lutou junto ao Conselho Distrital de Saúde para termos essa UPA, e sempre foi dito à comunidade que não tinha área. Nos últimos dois anos, eu ainda era Deputado Estadual, conseguimos uma discussão muito pontual com o Governo do Estado, e foi cedida parte da área do Instituto Forense para construir a UPA, quando foi feito um acordo com o Município de Porto Alegre que foi assinado pelo então Prefeito, e embora a população viesse cobrando e se reunindo ali no Conselho Distrital de Saúde do Murialdo, as coisas não aconteceram. É claro que tinha alguma divergência com relação ao modelo da UPA existente. Nós sabemos que Conselho Federal transfere os recursos para a construção. É preciso, depois, ter uma parceria com um órgão público, filantrópico ou não, do Município, para fazer a gestão da UPA. No caso da região leste nós já temos a segurança de que quem vai fazer a gestão é o Hospital de Clínicas, semelhante à UPA da região norte, em que quem faz a gestão, ali no triângulo da Assis Brasil, também é o Hospital Conceição. Então com esse modelo da UPA 3, que nos dá possibilidade de atender 450 pessoas/dia, nós não podemos perder essa oportunidade, porque os recursos estão garantidos: 25% do Município, 25% do Estado e 50% do Governo Federal. Esse modelo de gestão, esse programa, em nível federal, ainda existe, é uma questão de vontade política. Por isso que no dia 14 de março, Ver. Moisés, nós estaremos fazendo no Partenon, talvez, na Igreja

São Jorge ou no Murialdo, que também tem espaço para tal, estamos aguardando a confirmação para esse local, o Secretário da Saúde confirmou a presença, o detalhamento desse movimento até hoje, para nós, então, consolidarmos esse movimento, que é também da Câmara de Vereadores e do Governo Municipal, para aumentar a oferta de serviços aqui, em Porto Alegre, mais precisamente na Região Leste. Nós temos a certeza absoluta que a UPA terá raios x, pronto atendimento, ambulância, ecógrafo, uma série de serviços que não têm num posto de saúde, mas que a UPA fará a intermediação entre os hospitais existentes. Por isso, queremos elogiar e participar dessa reunião no dia 14. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Hoje, às 19h, aqui, no Plenário Otávio Rocha, teremos um evento que conta com o apoio da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude desta Casa, o evento é promovido pela Faculdade Monteiro Lobato, e tem como tema para o debate: como a política pode ajudar o Brasil a sair da crise. Terá a mediação do ex-Vice-Governador do Estado, Vicente Bogo, e serão debatedores a Sra. Simone Leite, Presidente da Federasul, o ex-Senador, Pedro Simon, e o ex-Prefeito de Canoas, Jairo Jorge.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em primeiro lugar, quero falar sobre a reunião de ontem em relação ao preço da passagem, quero parabenizar as duas comissões que fizeram o debate – a CEDECONDH e a CUTHAB –, foi um debate democrático com o objetivo de observar mais as questões técnicas com a presença de várias entidades, várias instituições, bem como da EPTC. Quero, no que tange à EPTC, elogiar o Fábio, que veio aqui ontem, foi lúcido, conseguiu colocar as posições da EPTC. Parece-me que a EPTC traz à população de Porto Alegre outra dinâmica, mais democrática, mais transparente, e isso foi o que nós ouvimos hoje de manhã na Rádio Gaúcha com o objetivo de deixar as coisas mais claras sobre o posicionamento da EPTC, de como ela atuará na Cidade. O que me chamou a atenção, Ver. Bosco, é que geralmente – e nós chamamos lá no interior de tocaia – tinha um fiscal escondido atrás da árvore, atrás da ponte, com o objetivo de multar as pessoas, pegá-las

desprevenidas. Hoje parece que a dinâmica e a nova forma de a EPTC atuar é mais educativa, mais transparente, mostrando que realmente não pode passar da velocidade estabelecida naquele trecho. Mas deixa claro que estará lá observando, se passou, multou; agora não pode ficar escondida, o que nós chamamos, no interior, de tocaia, ou de campana, escondido simplesmente para multar as pessoas – simplesmente para multar. Então me parece que a EPTC vai trazer outra dinâmica com o objetivo de deixar mais claras as questões para a Cidade. Essa questão é muito convincente, muito boa para nós. A sociedade entende que a transparência é sempre melhor que algo que te pegue de surpresa. Porque não há nada pior do que tu estares em casa e receberes uma correspondência dizendo que foste multado e não saberes nem onde andavas, e ainda vais questionar na justiça a multa daquela natureza. Então ficou mais claro.

E quero aproveitar a oportunidade neste início de mandato aqui na Câmara – depois de dois mandatos, agora o terceiro – de dizer que estou sentindo alguma dificuldade, Ver.^a Nádia. Eu vejo aqui muitos projetos inconstitucionais, muitos projetos com problemas na Lei Orgânica, muitos projetos com problemas no Regimento Interno. Não é a quantidade de leis que fará o Vereador ser melhor ou pior do que o outro, eu prefiro um bom debate, principalmente sobre a Cidade do que um projeto inócuo e inconstitucional. As Comissões têm que ser mais rigorosas na apreciação. Nós não somos obrigados a ser advogados. Eu não sou advogado, mas sou obrigado a ter um assessor que me dê condições de eu debater, de questionar, de aceitar, de eu ver que aquilo é inconstitucional. E nós temos um bom Procurador na Casa, devemos observar o seu parecer, muitas vezes, quando ele se refere a um determinado projeto. Temos que valorizar as comissões. As comissões não podem deixar passar tudo. Assim como elogiei antes que a CUTHAB e a CEDECONDH foram muito bem no debate sobre a passagem, eu também devo exigir que a minha, CEDECONDH, seja rigorosa nos seus pareceres sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade. E volto a frisar, temos Lei Orgânica, temos Regimento. Cada vez que eu puder vir a esta tribuna, eu vou debater com as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores sobre a inconstitucionalidade. Agora, não pode “Ah, é amigo”, nós não estamos aqui para ser amigo de ninguém. Nós estamos aqui para estabelecer parâmetros de regramentos se é constitucional ou não. Nesse aspecto eu não quero ser corregedor aqui. Não é esse o meu objetivo. Não é isso que estou dizendo. Eu estou dizendo que, se qualificarmos mais os nossos projetos, se dermos mais condições para que as Comissões

Permanentes trabalhem melhor, se observarmos melhor o Procurador da Casa, isso vai nos ajudar e à nossa assessoria jurídica, e vamos qualificar ainda mais os projetos de natureza desta Casa.

Portanto, quero dizer que fico preocupado, mas tenho certeza da qualidade das senhoras e dos senhores, da nossa qualidade para que possamos ter uma Câmara mais qualificada, com projetos à altura das condições da nossa Capital. Desculpem o desabafo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver. Cassiá Carpes, quero fazer uma pequena correção sobre a sua manifestação. Na verdade, a Ver.^a Nádia havia me consultado sobre as audiências públicas. O que aconteceu, ontem na Casa, foi uma Reunião Conjunta das Comissões CEDECONDH e CUTHAB. Audiência pública tem um outro rito, uma outra forma de ser convocada. Serviu como uma discussão pública, mas não foi uma audiência pública como preceitua o nosso Regimento. Só para que fique registrado e para irmos ajustando a nomenclatura das coisas.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadoras, Vereadores, senhoras e senhores, nós tínhamos aqui em Porto Alegre, por um bocado de tempo - às vezes, acabava não acontecendo todos os sábados, porque havia por vezes processo de intermitência -, um projeto muito bacana, chamado Centro a Pé. Um projeto muito interessante, capitaneado pela Liane Klein, saía do Cine Capitólio e a cada sábado tinha um roteiro histórico cultural diferente para que as pessoas soubessem mais, aprendessem mais sobre Porto Alegre.

Nós gostaríamos de perguntar para aqueles que representam o Governo se esse projeto vai continuar. Esperamos que sim, meu caro Barbosa. Outro projeto que foi já mais no final da gestão passada, também diz respeito ao Centro, muito bacana por sinal, chamava-se Quintas na Praça, sempre uma atividade cultural na Praça da Alfândega. E quero aqui louvar a atitude que teve, num determinado momento, no ano passado, o DMLU, com a ajuda da SMAM, da polícia, em que fizemos um belo evento na praça e, posteriormente, uma mateada também, porque ela estava tomada de sujeira e,

principalmente, de traficantes, trazendo uma violência na Praça da Alfândega. Quintas na Praça. Vai continuar? Esperamos que continue. Nós queremos aqui pautar a questão da Praça da Matriz. Eu tenho uma reunião, ainda nessa semana, com a atual gestão da Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade, como se chama agora – antiga SMAM -, para tratar especificamente desta questão.

O Diretor-Geral do DMLU já deu o.k. para que, juntos, DMLU, SMAM e outros órgãos, nós queremos a FASC também, façamos uma ação na Praça da Matriz, o que já discutimos com Maria de Fátima Paludo. Hoje tem um acampamento na Praça da Matriz, a arborização foi detonada com a tormenta do dia 29 e, por uma teimosia da SMAM – e aqui faço uma duríssima crítica à burocracia da SMAM, porque eles não conhecem o que é poda preventiva, eles ou não tiveram aula ou faltaram às aulas quando fizeram o curso de biologia ou de engenharia florestal, porque, pela minha experiência, pela minha teimosia, sei mais do que eles, porque aponte as árvores que estavam podres, que caíram, e a Prefeitura marchou com o restauro de cinco carros que foram detonados num dia que não havia nenhuma tormenta, nada; simplesmente, as árvores caíram de podre. Então, a Praça da Matriz é uma pauta pela qual temos um carinho especial, porque é o Centro Histórico de Porto Alegre. Lá nós temos a obra de arte mais importante do Estado do Rio Grande do Sul, na minha opinião, que é a estátua em homenagem a Júlio de Castilhos. Nós temos o Theatro São Pedro, o Forte Apache, do Ministério Público, o Tribunal de Justiça, a Catedral, o Palácio Piratini, o Palácio Farroupilha, a Casa Rosada, a mais antiga edificação remanescente histórica de Porto Alegre, para não falar no Museu Júlio de Castilhos, logo ali ao lado. Finalmente, o Viaduto Otávio Rocha. Eu volto a dizer: não vamos fazer fantasias, não vamos atrás de conversa fiada, a Prefeitura tem que ousar; se tem que fazer PPP, é com o Viaduto Otávio Rocha, não que alguém vá fazer uma gestão ali, mas que alguém faça um investimento, porque o custo vai ser em torno de R\$ 30 milhões, que tem uma compensação com índices construtivos em outra banda da Cidade. Se os empreendedores locais, Ver. Felipe Camozzato, não quiserem empreender numa nova visão, é simples – como fiz na Grande Cruzeiro com a Av. Tronco: a gente inventou o bônus moradia, que deu certo, e 900 famílias se utilizaram do bônus moradia; que se faça um pequeno bônus do empreendedor, são 26 empreendedores, aqueles que quiserem ficar ficam, e aqueles que não quiserem vão ter um pequeno bônus para empreender em outro lugar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, hoje faço uso aqui do período de Comunicações para trazer um tema que, sem dúvida nenhuma, tem mobilizado moradores, comerciantes da região do Centro Histórico de Porto Alegre, de alguma forma o Ver. Adeli Sell abordou aqui numa outra perspectiva, que é essa situação do Viaduto Otávio Rocha. Nós temos ali problemas relacionados à segurança pública, à assistência social e aos serviços da Cidade que, em função dessa degradação e ocupação irregular permanente que ali se estabeleceu, acabam não podendo ser realizados na frequência adequada. Fomos procurados pelos moradores, comerciantes e até por alguns permissionários do Viaduto e realizamos um circuito de reuniões com órgãos públicos municipais. Estivemos com a Secretária Adjunta da Segurança do Município, a Sra. Cláudia Crusius, que é delegada aposentada da Polícia Civil; estivemos com Secretário, nosso colega, Ramiro Rosário, dos Serviços Urbanos, e também com Secretária do Desenvolvimento Social, a Sra. Maria de Fátima Paludo. Com todos eles tratamos dos temas que se referem às suas áreas. No Desenvolvimento Social colocamos sobre a necessidade da abordagem e encaminhamento daquelas pessoas que ali estão habitando o Viaduto Otávio Rocha, que hoje são em torno de 40 a 50, seguramente. Mas não adianta a FASC dar o retorno que deu para a demanda que nós registramos, com um Pedido de Providências, aqui, nos utilizando do Fala Porto Alegre, 156, dizendo que é uma situação muito complicada realmente e que não se pode de imediato ter uma providência concreta neste sentido. Isso é uma política pública, meu Deus! Se nós vamos ficar num jogo de empurra na área da Assistência, nós não vamos nunca resolver concretamente o problema dessas pessoas que estão em vulnerabilidade social. Nos Serviços Urbanos tivemos o compromisso do Secretário Ramiro de que o DMLU retomaria a lavagem das calçadas da Av. Borges de Medeiros como das escadarias do Viaduto diariamente. Esse serviço era realizado durante as madrugadas, justamente para não trazer transtorno aos moradores, ao comércio, aos pedestres que circulam por ali durante o dia. E é bem verdade que o DMLU, atendida a demanda pelo Secretário

Ramiro, tentou executar o serviço nessa frequência há poucos dias, mas os servidores responsáveis por isso foram hostilizados pelos moradores que ali ocupam as calçadas, muitos deles portando facas, arma de fogo, praticando delitos, chantageando as pessoas, fazendo com que elas se sintam intimidadas quando saem e quando chegam das suas casas. Estivemos com a Secretária Cláudia Crusius e cobramos um retorno da reunião que tivemos, sempre em todas essas reuniões acompanhados dos moradores que representam o movimento Amigos do Viaduto Otávio Rocha. Tivemos da Secretaria Cláudia Cruz, Ver. Moisés, na última sexta, um retorno positivo de que estaria sendo organizada a estratégia de atuação conjunta da Guarda Municipal e da FASC para que, então, se adotem as providências necessárias ao local. E tivemos, de todas essas reuniões, a mais relevante que foi com o Secretário Estadual de Segurança Cezar Schirmer, que garantiu o apoio da Brigada e uma ação mais efetiva da Brigada na identificação das pessoas que estão lá. Mas o Secretário Cezar Schirmer foi bem objetivo na sua resposta, quando questionado por nós, sobre o que poderia ser feito com relação ao viaduto. Disse o Secretário: primeiro a Prefeitura tem que cumprir o seu papel, Ver. Cecchim, junto ao viaduto, tem que encaminhar as pessoas que moram lá. Porque tem pessoas lá em situação de total abandono, sim, que são vulneráveis e estão em situação de rua, mas também tem muito criminoso que trafica droga, tem muito consumidor de droga que vai lá, estaciona o seu carro na calada de noite e alimenta o crime ali daquela região. Nós já tivemos, no eixo Praça da Matriz, Viaduto Otávio Rocha, três homicídios em 60 dias. E isso não teve a divulgação que merecia por parte dos órgãos de imprensa. E esses movimentos todos motivaram... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Esses movimentos todos que realizamos frente aos órgãos públicos competentes motivaram uma campanha do nosso mandato que intitulamos de SOS Otávio Rocha. E utilizo esse espaço para prestar conta dos movimentos que já fizemos e ao mesmo tempo cobrar as providências, especialmente relacionadas à área da segurança e da assistência. Para que a Brigada possa identificar os verdadeiros criminosos que estão ali naquele local é preciso que a Prefeitura preliminarmente identifique aqueles que estão em situação de abandono ocupando aquele local. Sem isso, vai continuar sujo, fedorento, abandonado e à mercê da bandidagem o Viaduto Otávio Rocha! Cumprimento a Marquise 51 que no domingo fez um evento de cinema público ali, como uma maneira de qualificar a ocupação. Mas é

preciso providências do Poder Público para que aquele local volte, sim, a ser chamado de um dos principais cartões postais da região central.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Ao cumprimentar o Presidente desta Casa, cumprimento os nobres Colegas aqui presentes, dando boas-vindas ao Inspetor Cláudio, seja bem vindo. É bom ter mais alguém da Segurança Pública aqui nesta Casa. Vou ser breve nessa minha comunicação, exatamente para falar duas coisas. Primeiro, fiquei muito sensibilizada, muito feliz, ao ver ontem duas comissões, a CUTHAB e a CEDECONDH, da qual faço parte, estarem juntas, fazendo uma reunião a respeito da mesma pauta, desta forma, otimizando o tempo, agilizando os encaminhamentos necessários, para que a pauta não seja tratada em duas comissões, em momentos diferentes, e os encaminhamentos sejam os mesmos, evitando-se que se tenha um retrabalho lá no Executivo. Então, acho, que essa prática de algumas comissões, que são afins, se reunirem para falar do mesmo tema é algo que essa Casa precisa desenvolver para agilizar o trabalho. Segundo, gostaria de dizer, assim como fez o nosso Presidente da CEDECONDH, na segunda-feira, informando aos Vereadores, que foi procurado por um rapaz que se sentiu ameaçado e que foi agredido pelo pela Brigada Militar, que, desde segunda-feira, tenho recebido pequenos comerciantes, pequenos empresários, dizendo que também se sentiram prejudicados com aquela manifestação. Foram empresários que tiveram de fechar seus comércios, foram empresários que tiveram suas lojas depredadas, bancos quebrados, lojas fechadas. Muitos tiveram de fechar seus comércios antes, para garantir a segurança dos seus trabalhadores ao irem para casa. Quero dizer aqui que esta Casa tem de tratar tudo com equilíbrio, e que nós temos, também, a obrigação de ouvir não só aqueles que dizem que foram detidos ou presos pela Brigada Militar, mas principalmente aquelas pessoas que, normalmente, não vêm a esta Casa e que estão sendo prejudicadas, no dia a dia, com essas manifestações, que têm que fechar seu comércio, têm de deixar de lucrar, têm de deixar seus funcionários saírem antes para garantir a segurança dessas pessoas. Desta forma, comunico que acabei de protocolar,

junto à CEDECONDH, o pedido de uma reunião extraordinária, para que possamos ouvir essas pessoas que se sentiram prejudicadas com a manifestação

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: ...que nós possamos também ouvir essas pessoas que se sentiram prejudicados com as manifestações da última quinta-feira e que estão preocupadas com outras manifestações que virão. Falo aqui que manifestações sempre são bem-vindas, desde que respeitadas os preceitos do ir e vir de todos os lados, respeitadas as legalidades que as manifestações têm que, obrigação, comunicar a Prefeitura, comunicar a EPTC do trajeto que vai ser ocupado por esses manifestantes, e também tem que ser avisada a Brigada Militar para que possa trabalhar de forma mais coerente e eficaz nesta contenção, tanto de quem quer manifestar quanto de quem não quer. Soube que nesta última manifestação não houve pedido algum, então vamos tratar aqui não de ideologias, mas de questões legais. Os Vereadores que aqui estão, estão empossados para trabalhar para toda a população de Porto Alegre, e não para alguns grupos especificamente. Fica aqui o meu agradecimento para que possamos ouvir todos os lados, e tenho certeza de que assim o será.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente Cassio, senhoras e senhores, uso esse período de Comunicações para voltar a tratar do tema do transporte, cumprimentando as duas Comissões, CUTHAB E CEDECONDH, que ontem realizaram uma ótima reunião, bastante dialogada, profícua, com bastante conteúdo, num momento bastante dramático e delicado de Porto Alegre. Nossa Casa, eu dizia ontem, nós temos uma oportunidade e ainda elogiava a oportunidade que o Prefeito Marchezan nos dava, com controvérsias ou não, de fazer uma tentativa de transparência na planilha e na decisão do valor da passagem, nos dá um ensejo e uma oportunidade muito grande – se de fato ele for democrático -, de incidir sobre ela. Nós levantamos uma série de elementos sobre as quais eu acredito que ainda o Prefeito Marchezan não se debruçou. Nós entendemos que os números que estão sendo utilizados não foram questionados pelo novo Governo. Nós

achamos que deve questionar, sim, valores, do combustível, não aceitar que venham a partir das notas e das compras das empresas. Achamos que o Prefeito deve e pode, pode e deve, melhor dizendo, questionar o tema das isenções que ali estão lançadas como custos. Ontem eu levantei isso, porque há quatro mil e tantos alunos considerados como passe livre. Porto Alegre não tem passe livre de estudantes. Tem o Vou à Escola, que é passe livre, mas é pago pelo orçamento da Secretaria Municipal de Educação. Então, esse valor não lesa, ele não pesa na passagem, porque são valores repassados mensalmente pelo orçamento da SMED para esses quatro mil alunos. Eles não podem estar ali como custo de gratuidade do sistema. Só isto, por mês, dá uma mudança importante: quatro mil usuários que diariamente pegam o ônibus para ir para a aula. São os meninos e as meninas das nossas escolas de ensino fundamental. Quanto ao passe livre do ensino médio, até quando eu acompanhava, porque o projeto de lei é da minha autoria, aprovado nesta Casa, o Governo do Estado é que paga os valores do passe livre do ensino médio e passa ou passava, quando era o Governo Tarso Genro, para o Governo Municipal. Não sei, se o Governador Sartori está passando, mas o passe livre do ensino médio é pago pelo Governo Estadual, é obrigação do Governo Estadual, que é responsável pelo ensino médio. Então, esses são alguns elementos. Há um dado do sistema, que é o dado dos 5% de custo da compensação da gestão da Câmara de Compensação Tarifária. Ora, senhores e senhoras, custar 5% do custo da passagem, a gestão da Câmara! O que é esta Câmara de Compensação Tarifária? São os números do sistema, ver quantas passagens, quantas viagens cada empresa fez e pagar a empresa. Bom, a Câmara de Compensação Tarifária, o Prefeito Marchezan está dizendo que vai chamar para si o sistema de bilhetagem. Nós insistimos, votamos que também passe para si a gestão da conta, que são mais de 3 milhões/dia que entram nos cofres, numa conta pública da ATP, gerida pela ATP. Esse é um recurso público. Nós entendemos que essa receita é uma receita pública. Porque senão, não é a Carris...Vejam bem, é uma receita que a própria empresa pública Carris vai receber das mãos da ATP, mas o que é isso? Ali na câmara de compensação que se faz isso. Ora, a gestão da câmara de compensação é cara, 5% da passagem é muito para fazer a gestão, e essa câmara de compensação tem que vir para o Poder Público – nós defendemos isso! Só isso, com certeza, vai ajudar; quiçá nem aumentarão as passagens, e, se revisarmos alguns itens, com o nosso respaldo, o respaldo da sociedade, quem sabe até baixarão.

Então, eu queria aqui, encerrando, Vereador-Presidente, elogiar a Ver.^a Fernanda pela liderança, liderou o bloco de oposição não só ontem na participação nas duas reuniões – e do Ver. Marcelo –, como também entregamos ao Ministério Público de Contas todas essas ponderações e pedimos uma nova auditoria, liderados pela nossa Líder da oposição, para, exatamente, dar elementos, dar subsídio, dar força para o Governo que, em nome do interesse público, incida sobre esses números que compõem a passagem. Não dá para a gente aceitar. Ainda hoje eu olhava, com a minha assessoria, Ver. Adeli, e fazíamos ali a consulta: o que está no sistema é muito ruim. Não tem espaço para opinar sobre qualidade e induz, inclusive, a não considerar o dissídio dos rodoviários, enfim, como dado que terá para subir a passagem se não tirar benefícios. Isso não vale, não é? Dá para fazer muito mais.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadoras e Vereadores, senhoras e senhores, falo aqui em nome do bloco de oposição – das bancadas do PSOL e do PT. Queria que toda a população de Porto Alegre, já que nós somos Vereadores, atentasse para o grande debate que deve ser feito e que hoje é omitido. Eu quero falar do Estado Democrático de Direito. O Estado Democrático de Direito foi uma conquista fundamental pós-Segunda Guerra Mundial, porque nós sabemos que o direito não é a mesma coisa que a aritmética: soma um mais um e dá dois. Depois da tragédia do nazifacismo com o qual um grande jurista, reconhecido mundialmente, Carl Schmitt, que construiu a Constituição de Weimar, na Alemanha, conseguiu em justificativas múltiplas pelo Direito, as barbaridades que aconteceram ao longo do nazifacismo e as atrocidades da Segunda Guerra Mundial.

Vereadoras, Vereadores, colegas, cidadãos, cidadãs de Porto Alegre, nós não podemos confundir o Judiciário com a Justiça, nunca, jamais! Nós vimos barbaridades acontecendo em alguns julgamentos, inacreditavelmente! Porque, afinal de contas, a fama do Ministério Público do Rio Grande do Sul, do seu Judiciário, do Tribunal de Contas, da Defensoria Pública é grande. Mas nem todo mundo caminha na mesma visão, nem todo mundo lê a

Constituição cidadã, que Ulysses Guimarães levantou, falou que era uma Constituição cidadã, que Ulysses Guimarães levantou, falou que era uma Constituição cidadã. E eu reconheço que é uma grande Constituição. Mas hoje estamos vendo que muitos julgamentos não separam os três poderes. Há uma confusão, onde um atropela o outro: Executivo, Legislativo e Judiciário. As medidas provisórias atropelam o Legislativo. Ou seja, o Executivo se põe no lugar do Legislativo. Muitas vezes, o Legislativo quer fazer o que não é da sua competência. Aqui foi alertado antes pelo Ver. Cassiá Carpes como estão aparecendo projetos tremendamente inconstitucionais.

Mas quero falar do Judiciário. Como no STF, a Suprema Corte desta Nação tem uma decisão em um momento de que uma pessoa não pode ser nomeada para ser ministro de um governo e no outro momento libera outro ministro nas mesmas condições por acusações no mesmo processo, o processo da Lava Jato? Os nossos partidos clamam por democracia, seja aqui ou no Parlamento, seja nas ruas, porque vocês verão a nossa militância mais e mais, sistematicamente, vinculada aos movimentos, é porque ali está a força e a defesa da Nação, para que não nos levem o pré-sal; para que não acabem com a educação livre, porque agora, já tiraram o Espanhol, outras línguas, tiraram a Filosofia; vão tirar isso e aquilo. Nós vamos lutar, aqui na Comissão e no Conselho de Educação do Estado e do município, para que coloquem a possibilidade de ofertar o Espanhol, afinal de contas, nós somos um Estado limítrofe com países de língua espanhola e somos um País de língua latino-americana, estamos nesse Continente.

Para concluir, em nome das oposições, PSOL e do PT, nós vamos continuar a nossa luta pelo Estado Democrático de Direito. Nós não vamos aceitar que essa balança se vergue, para um lado ou para outro, ao sabor dos interesses político-partidário, de cúpulas, de elites - como diz o Professor Wambert: não usa elites, porque elites é outra coisa - mas é o senso comum, vou continuar falando das elites. Seriam, na verdade, os donos do poder, que fazem tudo para que o sistema financeiro, o sistema rentista do país internacional, viva do bem e do melhor. Pela democracia, pelas liberdades, pela liberdade de imprensa e com controle externo do Judiciário, nós nos pronunciamos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra em Comunicações.

O SR. CLÁUDIO CONCEIÇÃO: Minha saudação ao Presidente desta Casa; aos Srs. Vereadores; uma saudação especial aos meus colegas de Partido, Reginaldo Pujol e Dr. Thiago. Como eu sou oriundo da Segurança Pública, como Inspetor de Polícia, aproveitando que a nossa função é fiscalizar, embora a origem do problema seja no Estado, mas o desdobramento disso tem causado um caos na segurança do Município. Pela manhã estive visitando três delegacias, e ali constatei o desrespeito com a instituição da polícia, vimos ali a polícia tendo que ficar presa, limitada, dentro das delegacias, porque estavam, estão há muitos dias, presos que deveriam estar nos presídios, presos que deveriam estar no lugar que é definido para eles, mas, não, estão hoje ocupando um lugar na delegacia, e os policiais impedidos de fazer o serviço o qual se propõem fazer, deixando de investigar, esvaziando as ruas, ficando limitados dentro das delegacias, cuidando de presos que deveriam estar no presídio. Não bastando o parcelamento de salário, não bastando o desdobramento e o alongamento do 13º, ainda limitam a nossa ação policial. Queria manifestar a minha moção de repúdio, nesta Casa, porque se estende também ao Município, o esvaziamento da segurança pública, que tem sido sentido por todos nós. Fica a minha manifestação nesta tarde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Mendes Ribeiro.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, bem-vindo Ver. Cláudio Conceição, boa semana, boa estada aqui, embora tenha que discordar do seu pronunciamento e até entendo porque o senhor tem que dar um discurso para o seu público, uma parte do seu público. Nós vamos amenizar um pouquinho, Ver. Carús, porque, na realidade, as coisas andam, a triagem essa já foi anunciada, não sei se V. Exa. já sabe que o Exército está liberando as cem vagas, estamos fazendo. Só para lhe dizer que o seu partido faz parte deste Governo também. O senhor tem que dar explicação para o partido também, mas não vai ser para mim que o senhor precisará explicar, só para ficar registrado isso. E O Ver. Idenir Cecchim u quero dizer, Ver. Cláudio Janta, e veja Ver. Cláudio Conceição, vou reclamar de um órgão que é

estadual, que é o Detran. No mês que passou, no final de janeiro, faleceu um amigo meu do Sarandi, Milton Rocha, ele tinha um carrinho, um Fiat Uno velhinho. Claro, não tinha pago o IPVA, e o carro foi recolhido lá no final de outubro. Está certo, isso não tem erro nenhum! O que está errado é que agora, um mês e pouco depois que ele faleceu, os filhos dele foram buscar esse automóvel. Ver.^a Fernanda, a senhora acredita que um Fiat Uno, que ficou lá por uns 90 dias, deve três mil e pouco de estacionamento para o depósito do Detran? Isso é um grande absurdo! Então, os dois filhinhos dele, que achavam que iam ter um carrinho, pelo menos, para a mãe levá-los para cá e para lá, acabaram descobrindo que o valor que tem que pagar lá no Detran é maior do que o do carro. É mais um carro que vai ficar lá criando mosquito da dengue, porque não tem como pagar.

Eu acho que tem que rever essas coisas do Detran, esses depósitos do Detran, as apreensões. Tem que ter um limite! Por isso é que tem tanto carro velho criando mosquito nesses depósitos, porque é absurdo o que eles cobram! Eles cobram diária mais cara do que a garagem do aeroporto. E, no aeroporto, não vai pobre nunca. O coitado do pobre que tem o azar de ter o carro apreendido pela EPTC, qualquer coisa da polícia e cair num depósito desses não consegue mais retirar. Não adianta dar incentivo para quem tem um carro mais velho, se, de outro lado, tiram a condição de quem tem menos dinheiro de retirar o carro do Detran.

Vou fazer uma carta para o Governador, com cópia do absurdo desse carrinho como exemplo, para que se tenha critérios. E quais são os critérios? Ele trabalhava com o carro. Depois, ficou doente, foi para o hospital, não trabalhou mais, e o carro ficou no depósito. Ele morreu, o filho e a viúva iam usar o carro e não podem mais, porque devem mais do que vale o automóvel, um Fiat Uno. Acho que tem que ter alguns critérios, tem que ter justiça. Se está atrasado, tem que recolher sim, mas também não dá para cobrar esse abuso no depósito do Detran, que era para ser público, que não era para dar lucro. Eu estou começando a colocar em dúvida essas coisas para as quais se faz licitação, como o depósito do Detran, que acaba prejudicando as pessoas que são pobres e que precisam do automóvel. Critérios e amor no coração; o Detran não tem coração, mas quem dirige o Detran tem coração e pode cuidar melhor dessas nossas pessoas que são pobres e que não têm como pagar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Passamos à

PAUTA

O Ver. André Carús está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, um dos projetos que está aqui na discussão preliminar de Pauta é de autoria do Presidente desta Casa, Ver. Cassio Trogildo, o PLL nº 281/16, que propõe a criação do Memorial do Orçamento Participativo do Município de Porto Alegre. Aproveito o ensejo para aqui fazer uma reflexão de que o Poder Executivo também reconheça a importância da democracia participativa para esta Cidade. O Orçamento Participativo é um patrimônio de Porto Alegre, tem reconhecimento internacional, é um modelo reconhecido no mundo todo de exercício da cidadania e fortalecimento dos mecanismos de reivindicação, de protagonismo das comunidades de um modo geral. E há uma preocupação dos agentes do Orçamento Participativo que lideram os seus segmentos nas suas comunidades, nos seus bairros e nas suas temáticas de atuação, sobre o rumo que vai se dar para o Orçamento Participativo em si. Então, esta Casa, que muitas vezes oportunizou que essas lideranças que militam no âmbito do OP pudessem aqui se expressar, fosse na Tribuna Popular, nas reuniões das Comissões Permanentes, nas ações externas da Câmara de um modo geral, deve, sim, apoiar propostas meritórias, como a do Ver. Cassio, que resgata a memória das conquistas já efetivadas pelo OP até o momento, e também deve cobrar, dentro dessa circunstância, já que estamos encerrando o segundo mês da nova gestão da Prefeitura de Porto Alegre, qual o relacionamento que se estabelece com o Orçamento Participativo, que teve, no final do ano passado, novos conselheiros e novos delegados empossados.

Por fim aqui, vou aproveitar, o Ver. Cecchim já se manifestou nesse sentido, e vou colocar apenas para repor aqui o que foi dito pelo Ver. Cláudio Conceição: o Estado do Rio Grande do Sul enfrenta, sim, uma aguda crise financeira estrutural, e ela é muito séria, causa transtornos aos servidores públicos, causa transtornos aos vencimentos, mas não são poucos os esforços, até porque há um reconhecimento até da União para que o Rio

Grande do Sul esteja na pauta prioritária da recuperação e saneamento das contas públicas. Agora, não se pode atribuir ao Governo Sartori a crise que nós vivemos, que é estrutural, e também não se pode atribuir ao Governo Sartori o colapso da segurança que nós estamos enfrentando. É verdade, as delegacias estão um pouco cheias, as delegacias estão, muitas vezes, desviando das suas finalidades, mas o Secretário Cezar Schirmer anunciou, nesta semana, que até o dia 20 de fevereiro nós teremos centros de triagem que vão suprir essa dificuldade, e, obviamente, vão retirar aqueles presos que estão ocupando as dependências das delegacias e dificultando o trabalho corriqueiro. Nós temos, sim, um índice de criminalidade muito alto, e até recuperando aqui um pouco daquilo que foi divulgado na semana passada, na última sexta-feira, Porto Alegre, assim como a capital do Sergipe, Aracaju, e também a capital do Rio Grande do Norte, Natal, aderiu ao Plano Nacional de Segurança Pública, e eu tenho certeza de que os resultados que vão decorrer dessa adesão serão em benefício da sociedade. Muitos são os assaltos, muitas são as ocorrências, faltam policiais nas ruas, mas falta e faltou durante muito tempo gestão na área da segurança. E eu tenho absoluta certeza de que o que não falta é compromisso do Governo Sartori, do Governo do Estado, para que essa crise e esse colapso de segurança, com as ações recentes que estão sendo adotadas, certamente, virão em benefício da população em poucos dias. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, falando sobre a Pauta. Em primeiro lugar, como está em Pauta, em não me detive ao conteúdo do projeto: quem vai pagar por esse memorial? Então eu preciso, depois, tomar conhecimento, se será atribuição desta Casa ou do Município, do Executivo. Mas a ideia me parece boa. Mas aqui eu quero comentar sobre o Orçamento Participativo, da ascensão à queda do Orçamento Participativo, que elevou o PT, naquela oportunidade, ao auge e depois o levou a derrocada do PT, as promessas do Orçamento Participativo. Quando fui Secretário de Obras, o dinheiro que vinha para a 3ª Perimetral, do BID, Banco Internacional de Desenvolvimento, a contrapartida da Prefeitura era de 30%. O dólar

estava lá em cima e naturalmente muita verba ia para as obras, Ver. Cecchim, do Orçamento Participativo, ou seja, facilitou naquela oportunidade. Mas as obras estavam paradas, a 3ª Perimetral parada, obras do Orçamento Participativo paradas. Portanto nós reconhecemos o Orçamento Participativo como o SUS, é uma instituição, bonita, bela, mas que às vezes não faz aquilo que é a sua atribuição maior. Nós não podemos enganar esse povo nos bairros dizendo que a Prefeitura que já vem quebrada e estava quebrada vai resolver o problema dessas comunidades humildes, reunindo às vezes dezenas, centenas, milhares de pessoas. Eu, um dia desses, fui à Igreja em Belém Novo e um cidadão me pegou pela mão e disse: “Vem aqui, Vereador, dá uma olhadinha nessa sala aqui, o que tem aqui.” Dezenas, centenas, Paulo Brum, de folhetos do Orçamento Participativo, feitos por uma gráfica da Capital, um material grosso e sem dúvida valioso. E, se nós olharmos aquilo – eu trouxe para olhar – a maioria daquelas obras não foram concretizadas, mas foram promessas do Orçamento Participativo. Nós temos que ter muito cuidado. A Prefeitura tem que ser realista, tem que ser transparente com essas comunidades. Não podemos iludir mais esses cidadãos pobres dos bairros. Dizem que vão asfaltar a rua deles, que vão fazer ponte, que vão fazer riacho, vão resolver os problemas dos esgotos, do DMAE, do DEP... Inclusive, só para lembrar: DEP, DMLU, FASC e Carris, o Prefeito ontem pediu que o Tribunal de Contas do Estado faça uma inspeção. Então temos que ter muito cuidado. O Orçamento Participativo é bem-vindo, é uma marca, mas com a marca que iludiu muito tempo a sociedade porto-alegrense, principalmente os mais pobres. Tenho certeza de que, de cem obras, não acontecem, muitas vezes, 20 obras, Cecchim. E eu quero ir lá, presenciar nas reuniões do Orçamento Participativo que tipo de promessa falsa vão fazer para esse cidadão pobre dos bairros de Porto Alegre. Não tenho tarefa de iludir ou fazer demagogia, mas sim de fiscalizar esses fatos relevantes para a sociedade porto-alegrense, principalmente para a mais pobre, que às vezes fica esperando vários governos para concretizar uma obra que, sem dúvida nenhuma, se tiver boa intenção, se tiver dinheiro faz. Não dá mais para iludir. O Orçamento Participativo foi bem-vindo. Da ascensão à queda. Portanto, muito cuidado para não prometer mais para essa gente pobre dos bairros de Porto Alegre que o Orçamento Participativo vai fazer tudo, que as Prefeituras têm dinheiro. Fazem um cronograma de obras e, na realidade, não acontecem muitas coisas, ou a maioria das obras. Muito cuidado, é esse parecer que eu dou. O Orçamento Participativo é uma marca

forte, mas não funciona mais para resolver o problema daquele cidadão mais pobre, e muitas vezes ele não tem um bairro qualificado que tenha um somatório de pessoas para irem lá para conseguir uma obra. Muitas vezes é carta marcada: reúne 200 pessoas de um bairro só e decidem tudo. Vão ter que ter muito cuidado, não vamos nos iludir: não tem dinheiro! Tem que dizer que pode fazer... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CLÁUDIO CONCEIÇÃO: Eu não podia deixar passar a oportunidade, pois o Ver. Cecchim se manifestou, eu ouvi, depois, o André Carús, que também trouxe o seu posicionamento. Eu queria dizer que discutir, debater sobre segurança aqui dentro é muito fácil. Aqui é “melzinho na chupeta”, é fácil demais. Mas discutir e fazer segurança onde precisa ser feito, como Cecchim falou: agora já está sendo mobilizado para resolver a questão dos presos que estão na delegacia e não deviam, que bom – que bom! Porque o meu compromisso não é partidário, o meu compromisso é com a população, porque é quem está tendo o seu carro roubado lá fora, quem vai numa delegacia, como hoje de manhã, para registrar que foi roubado, e vai lá e encontra uma delegacia lotada, faltando policiais, faltando pessoas que lhe atendam porque estão cuidando de presos, e as pessoas tendo que voltar, tendo que sair com a sensação de frustração de não serem atendidas. É óbvio que o meu compromisso é com a classe policial. É óbvio, porque eu também, como funcionário, sinto pelo salário parcelado e os compromissos sendo postergados para depois. Eu admiro, sim, o esforço do Sr. Governador, para o qual não estou atribuído a culpa disso. Mas a nós, policiais, não diz respeito isso aí. Diz respeito que nós trabalhamos e queremos receber. Diz respeito que nós queremos uma estrutura para poder fazer a segurança pública, e não temos: delegacias sucateadas, faltando estrutura – a isso que me refiro. Então, discutir sobre segurança aqui é muito fácil, falar sobre segurança aqui dentro é muito fácil. Agora, o problema é lá onde faltam policiais, onde policiais estão morrendo.

O Sr. André Carús: V. Exa. Permite um aparte? (Assentimento do orador.) Somente quero contribuir com o debate. Eu acho que aqui ou lá não existe fácil ou difícil, a discussão sobre a segurança é permanente. E a Câmara de Vereadores é o canal de expressão que representa a média do pensamento da Cidade. Vou colocar aqui dois dados que são resultados de um esforço, mesmo num cenário de dificuldades que o Governo do Estado tem adotado, na área da segurança pública. No Rio Grande do Sul, a queda do roubo de veículos foi de 2,9%, do furto de veículos foi de 4,5%, e dos furtos, de um modo geral, de 3,5%. Em Porto Alegre, o destaque maior para os índices que foram divulgados recentemente pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, o maior destaque está na queda do número de roubo de veículos, 14,3%, o senhor falava nisso – esse dado não apresentava queda desde 2013. E, no furto de veículos, houve uma queda de 13,3%, que não ocorria desde 2011. Então, apenas para contribuir com o debate, porque senão passa a impressão que o Governo do Estado é totalmente inerte nessa área, o que não corresponde à verdade.

O SR. CLÁUDIO CONCEIÇÃO: Eu corroboro a tua opinião, Ver. Carús, porque, como agente policial, nós sabemos que estamos trabalhando – e trabalhando muito. E a nossa greve é feita trabalhando, prendendo. Agora, o que não desobriga o Governo a saldar seus compromissos, porque, nós, no final do mês, temos que pagar os nossos. E é frustrante quando tu chegas lá e vêes o teu salário sendo minguido, e a gente tendo que enfrentar todos os dias a violência crescente. Se está diminuindo, que bom, é porque nós estamos trabalhando, e esse mérito está muito mais voltado a quem faz segurança, que é a polícia. Um abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta; Vereadores, Vereadoras, quero inicialmente saudar o Ver. Conceição. Ver. Conceição, V. Exa. traz um tema muito importante e lhe parabênizo porque, embora seu Partido esteja votando na Assembleia com a base do Governo, nós temos esse caos no Estado do Rio Grande do Sul. Venda de

uma infinidade de estatais, e que ficará muito pior, além do salário parcelado. Uma discussão muito boa e que, inclusive, V. Exa. poderia, na tribuna da Assembleia Legislativa, expressar esse tipo de indignação com relação a sua categoria.

O Sr. Cláudio Conceição: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Oliboni, nós não estamos votando com o Governo e a favor dele, porque nós não temos representante na Assembleia Legislativa.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Espero que, aqui, V. Exa. nos acompanhe nesta luta em defesa do servidor público, seja estadual ou municipal, que é a nossa atribuição.

Mas eu queria levantar, em período de Liderança do PT, com relação a três puxões de orelha que nós já recebemos da imprensa em uma semana, no jornal Zero Hora principalmente, quando fala dos temas que são preocupantes. Um deles, na parte da política, hoje, está dizendo que no ano de 2006 a Câmara de Vereadores votou muito poucos projetos de enorme repercussão social e muitos nomes de ruas. Eu acho que caberia à Mesa Diretora e a própria presidência mostrar que foi o contrário, porque, creio eu, foram debatidos assuntos de extrema importância. Além disso, também na parte da política, se não me engano, a Rosane de Oliveira falou sobre a quota de combustível no período de recesso. É questionável! Creio que tem que haver uma nova modalidade. Não há como gastar uma quota existente em um período em que, praticamente, os Vereadores não ficam na Casa. Isso tem que ser reavaliado, Ver. Idenir Cecchim. Da mesma forma que eu e V. Exa. não usamos, outros usam o limite. Como estão comprovando isso? Vamos defender a nossa imagem! Nem todos merecem ser xingados na rua! Eu não aceito isso, porque não uso. Agora, tenho que dar mil explicações quando criticam a Casa da qual nós fazemos parte. Então, creio que isso tenha que ser reavaliado.

Da mesma forma, alguns assessores, pois a gente sabe que, em tese, estão muito concentrados no poder da presidência, que acaba num acordo da eleição da Mesa Diretora não sabendo... ou nem nós sabemos como se deu essa negociação, como no caso dos assessores de plenário. Por que as bancadas não são contempladas? Apenas poucas bancadas, Ver. Caruso, avalie isso, dê uma olhada para ver quem foi contemplado. Tem partido que tem dois Vereadores e tem três assessores de plenário. E

nós não temos; V. Exa. tem um. Temos que reavaliar isso porque, logo, logo, alguém pode fazer uma investigação e aí meu irmão, para dar a volta é muito difícil, é muito difícil! Então, há certas coisas, pessoal, que cabem como recado ou puxão de orelha. Não é por acaso que algumas benesses estão caindo do Parlamento Municipal, Estadual e Federal, e lá é que está o grande problema. Mas nós temos que levar isso como um aviso para não cairmos nessa tentação de que tudo tem que ser barganhado ou de que tudo pode ter um jeitinho brasileiro. Nós ficamos preocupados, porque quem foi na rua, Ver. Janta, percebeu a indignação do povo. E quem percebeu a eleição como se deu, com o número de abstenções e de votos nulos, também foi um bom recado. Nós não queremos que o cidadão fique indignado e não vote, ele tem que votar, porque no voto dele está expressa ali a sua indignação ou o seu representante na Câmara de Vereadores, na Assembleia ou no Congresso Nacional, para defender, não importa qual segmento, mas o que importa é que o cidadão se sentiu com vontade política de ir lá expressar a sua vontade, o seu direito de voto.

Portanto, é uma breve manifestação como uma forma de apoio a mudanças importantes que devem ocorrer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e todas, queria cumprimentar o nosso novo colega, Ver. Cláudio Conceição, e falo em nome do PSOL, em meu nome, do Ver. Roberto e Ver. Alex. Além disso, concordo sobre a situação grave que acontece na segurança pública. Acho, Ver. Cláudio, que o senhor foi muito preciso quando abordou a situação desumana que acontece nas delegacias, de risco para os policiais civis, dificultando, obviamente, o trabalho de investigação que a Polícia Civil tem na prerrogativa de fazê-lo e, ao mesmo tempo, colocando as pessoas em condições precárias que nada têm a ver com uma política de ressocialização. Aliás, uma ampla discussão do sistema carcerário é fundamental, de quem está preso, por que está preso, quantos já foram julgados e quantos sequer foram julgados e estão, muitas vezes, presos à revelia durante anos. O Ver. Roberto Robaina fez um seminário, semana passada, com

o Luis Carlos Valois que é o Juiz de Execuções lá de Manaus, que viveu aquela tragédia gravíssima, aquela chacina que ocorreu no presídio. E o debate foi muito rico sobre casos no sistema carcerário de pessoas que, inclusive, foram julgadas inocentes três anos depois e que ficaram dentro do sistema prisional. Sem falar no controle das facções sobre um espaço que deveria ser de ressocialização e de busca, obviamente, pelo cumprimento da pena, mas de garantia da diminuição dos indicadores de violência, de ressocialização. E eu fiquei bastante... Quero cumprimentar o Ugeirm – o Ortiz é Presidente do Sindicato dos Escrivães, Inspetores e Investigadores da Polícia Civil –, porque fizeram uma denúncia, inclusive, na corte interamericana da OEA com relação a essa situação, que já é recorrente aqui no Estado do Rio Grande do Sul e nas delegacias. Então, quero cumprimentá-lo.

Quero dizer aos Vereadores, ao conjunto de Vereadores aliados ao Governo Sartori, que defenderam as políticas de segurança que eu não sei em que estado eles estão vivendo. Ontem tivemos lamentavelmente sete assassinatos em quatro horas. Os homicídios tiveram um crescimento vertiginoso, latrocínios, e foram brutais, sejam os latrocínios, os crimes contra a vida, sejam as disputas de territórios, com as brutalidades que estamos vendo. Então, isso é muito grave. Evidentemente, houve atuação da Força Tarefa em relação aos desmanches de carros, e nós sabemos que muitos da Polícia Civil têm alertado da necessidade do cumprimento dessa lei. Aliás, a Polícia Civil, quando fez a Divisão de Homicídios, uma divisão volante, sugestão dos colegas da Segurança Pública, conseguiu finalizar em até 70% as investigações de homicídios, mas, mal entrou o Governo Sartori, acabou-se com a Divisão de Homicídios, acabou-se com as horas extras dos policiais civis, e a investigação tem ficado difícil. Além de acabar com as questões de infraestrutura – hora extra, gasolina para viaturas, para os carros, para fazer investigação –, há uma situação mais grave, que é o parcelamento dos salários, é essa política de arrocho, que, óbvio, influencia na política de segurança pública. Olha a situação grave por que passa o Espírito Santo neste momento, com a situação dos familiares e das mulheres, com que nós nos solidarizamos, que estão na frente dos batalhões, diante do massacre por que passa seus maridos, seus filhos, companheiros, o que faz com que haja uma convulsão no Estado, uma crise na Segurança Pública, mas que têm responsabilidade o Governador e o Presidente da República! E não os trabalhadores da Segurança Pública, que convivem com condições precárias de trabalho e que, no caso,

dos militarizados, não têm sequer direito à sindicalização. Por isso defendemos a desmilitarização da Polícia: não é acabar com a Polícia Militar, mas transformar a Polícia Militar numa Polícia Civil, com direito à sindicalização, com direito à organização e, muito mais que isso, para que a gente tenha um círculo completo de segurança, para que haja uma porta de entrada e uma porta de saída, e não um concurso para cabo e outro concurso para coronel, uma hierarquia, que quem conhece a realidade das ruas nunca pode chegar aos altos escalões do ponto de vista do conjunto da política de Segurança Pública.

Acho fundamental nós fazermos esse debate com a profundidade necessária e com as diferenças que nós tenhamos da avaliação do Governo Sartori ou das melhores alternativas para a segurança pública. Agora, uma coisa que não dá para aceitar é... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.) ...é esta política de desmonte da segurança pública. O povo não aguenta mais. É preciso uma nova política de segurança pública, é preciso uma segurança pública preventiva e é preciso também que o Município faça a sua parte. A Ver.^a Sofia falou sobre a questão da auditoria das tarifas que nós pedimos ontem ao Ministério Público de Contas, nós da oposição, e eu quero só deixar aos Vereadores – há vários Vereadores da base do Governo aqui - que nós obviamente estamos fazendo essa luta com relação ao transporte coletivo porque nós achamos que o Município tem responsabilidade nas políticas de segurança, mas também nós precisamos ter uma interlocução aqui na Câmara de Vereadores. Cada vez que a gente se manifesta não sabemos a quem se referir, quem é líder do Governo, quem não é líder do Governo Marchezan... Nós estamos pedindo uma audiência com o Secretário de Saúde, já foi requerida pelo nosso gabinete. Há um conjunto de demandas de outros Vereadores da oposição. Fica a pergunta e muito mais do que isso: a necessidade de que a gente possa avançar. É verdade que nós teremos muitas diferenças ideológicas, em relação aos projetos do Município de Porto Alegre, mas quem já atuou conosco na Câmara de Vereadores sabe que a oposição que fazemos é séria, firme e responsável, que fiscaliza, que propõe, que cumprimenta quando há projetos meritórios para a Cidade, como foi o caso do controle da bilhetagem pública, e é uma oposição que busca o melhor para Porto Alegre. E nós temos a convicção de que buscar o melhor para Porto Alegre é abrir a caixa de pandora do transporte coletivo, garantindo que saiam das sombras os lucros abusivos

dos empresários e a gente possa garantir uma tarifa barata e um serviço de melhor qualidade para a população, além dos direitos dos rodoviários.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h45min.)